

PENSAR AS PALAVRAS

Linguagem, Educação e Sociedade. Breves reflexões contemporâneas

Paulo Ferreira da Cunha¹

Resumo:

Constitua a Palavra a Pessoa, ou nem chegue a tanto, o certo é que a Palavra tem poderes demiúrgicos. E o conhecimento das palavras (e dos seus sentidos, denotativos e conotativos), que é um dos pilares essenciais de todo o Saber, representa uma força essencial na Sociedade. Quem domina realmente a palavra, profundamente, tem o saber. Quem a domina como instrumento retórico tem o poder.

Os cidadãos necessitam apropriar-se da Palavra, não apenas pela correção e competência linguísticas, como pelo conhecimento do universo enciclopédico das palavras, a que podemos ainda chamar, sem medo ou vergonha, cultura geral. Só cidadãos com amor à sua Língua e o seu domínio, senhores de uma cultura geral aprofundada, poderão exercer plenamente uma cidadania crítica e ativa, esteio da regeneração e preservação dos Estados de direito democráticos. É preciso, pois, formar cidadãos. E para isso, embora meritório, não chega o autodidatismo. Urge uma Escola, uma comunicação social e famílias que levem a sério essa tarefa. A persistir-se no abaixamento do nível, cada vez mais as pessoas comuns serão presas do consumismo, da demagogia, do populismo e do facilitismo – tudo caminhos certos para a servidão, para usar uma expressão conhecida.

Palavras-Chave: Palavra(s), Linguagem, Educação, Ensino, Escola, Sociedade, Contemporaneidade, Ignorância, Civismo, Cidadania, Estado de Direito democrático, Cultura geral.

Abstract:

Whether one identifies the Word with roots or essence of the Person, or not so far, the fact remains that the Word possesses demiurgic powers. The knowledge of words (and their meanings, both denotative and connotative) — one of the essential pillars of all Knowledge — represents a fundamental force in Society. Those who truly master the word, in depth, possess knowledge. Those who wield it as a rhetorical instrument hold power.

Citizens must appropriate the Word, not only through linguistic correctness and competence but also through familiarity with the encyclopedic universe of words — what we can still, without fear or shame, call general culture. Only citizens who love their Language and master it, endowed with a profound general culture, can fully exercise a critical and active citizenship, the cornerstone of the regeneration and preservation of democratic rule-of-law states.

It is therefore necessary to *form citizens*. And in this endeavor, self-education, however commendable, is not enough. Schools, the media, and families must take this task seriously. If the current decline continues, ordinary people will increasingly fall prey to consumerism, demagoguery, populism, and complacency — all sure roads to servitude, to use a well-known expression.

Keywords:

Word(s), Language, Education, Teaching, School, Society, Contemporaneity, Ignorance, Civism, Citizenship, Democratic Rule of Law, General Culture

¹ Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, Portugal. Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto – com funções suspensas para o exercício do primeiro cargo.

“No terceiro dia da criação,
quando o Senhor dava os primeiros toques na terra firme,
escolhi um apartamento cheio de livros.
eu precedi todos os tiranos:
fiz o trabalho por eles
e me coloquei em exílio”.

Najwan Darwish – “No Terceiro dia”,
in *Um Garoto de Haifa gira a Palavra*,
trad. de Thiago Ponce de Moraes.

É interessante que, a partir de certa idade, depois que os filhos não mais estão na escola, decerto, as pessoas, mesmo informadas e interessadas (a menos que sejam professores), correm o risco de ficar muito distantes do sistema escolar, e uma e outra vez acabarão por se ver a interpretá-lo como era no “seu tempo”. Por vezes, fazem do ensino uma imagem impressionista, mesclada de passado e presente...

Ora, precisamente, eu não sei se se anda de novo a dividir orações n’*Os Lusíadas*, ou apenas a fazer joguinhos para preencher o tempo dos meninos e meninas das escolas. Há bastantes anos já, ouvi ecos de que uma figura com notoriedade (e diplomas, para mais) teria advogado o fim do *numerus clausus* na Universidade, com o fito único e declarado de, entrando lá *tutti quanti*, afastar os jovens da droga. Excelente desiderato. Mas os efeitos colaterais do *modus faciendi* seriam muito nocivos, se tal viesse a ocorrer. Não veio. Muito mais tarde, no ensino musical, já ouvi rumores de que haveria estudo precoce de algumas matérias, quase só com função de ocupação do tempo, por prematuro ensino. Calculo, como leigo, que possa tratar-se do canto, quando as vozes ainda não estão determinadas, e quiçá a atenção e empenho mais se apliquem a outros instrumentos. Talvez se houvesse mais canto coral e menos canto *a solo* nessas idades mais tenras... Mas que sei eu?

Não vou arriscar-me noutras áreas... Nunca mais acabaria o rol de disfunções do nosso sistema educativo, que nos tem levado a sermos uma sociedade com uma preparação muitíssimo precária em matérias essenciais, apesar de alguns focos de altíssima especialização. Ao elogiar-se a Educação, focam-se os comentadores nesse punhado de situações de excelência. Mas mesmo especialistas muito bem formados revelam, em situações-chave, pés de barro de cultura geral, de expressão, até (mais grave ainda) de lógica e raciocínio, e partilham com leigos e incultos muitos lugares comuns em questões humanísticas, sobretudo quando submetidos a bombardeamento ideológico (que, ao contrário do que nos querem fazer crer, numa *démarche* também ela ideológica, não é privativo de nenhum quadrante político: uns fazem-no mais militantemente que outros – apenas isso). Creio que num já antigo programa de rádio do físico António Manuel Baptista, ouvi que nos EUA estavam a recrutar diplomados em Letras para funções científicas, porque muitos dos graduados em Ciências não eram capazes de interpretar textos e de elaborar convenientes relatórios. Mas a questão coloca-se também nas Letras (ou em Direito e Ciências Sociais e Humanas em geral),

em que se pode obter doutoramento até numa micro área com enormes deficiências no mundo do saber em geral, e até da sua específica especialidade, maior que a da tese, como é evidente. E há doutores com vocabulário muito restrito (e eivado de plebeísmos, estrangeirismos e calão), que não sabem fazer pontuação ou resolver um problema com uma regra de três simples.

Os leigos ficam chocados quando perguntam alguma coisa a um profissional qualquer, jurista, médico, engenheiro, etc., e concluem que só por coincidência de especialidade e prática obtêm uma resposta cabal para o seu problema. É claro que muitos evitam dar consultas de graça a amigos e conhecidos, em encontros casuais ou sociais, mas ocorre que se esquece muito a formação académica, e a hiperespecialização obriga a que a mente se ocupe com coisas determinadas e apenas aquelas. Aqueles renascentistas que ainda há não muito nos deliciavam, desde logo com a sua conversa sedutora e erudita, enciclopédica, além de saborosa estilisticamente, são espécie de que ainda resiste um punhado de exemplares, mas caminham a passos muito largos para a extinção. É um tipo de património da Humanidade que não tem militantes que por ele pugnem.

O sistema educativo evidentemente expulsa quaisquer veleidades deste tipo. Não poucos já o diagnosticam como uma coleção de minudências e tecnicidades de várias áreas, sobrepostas sem coordenação, e depois avaliadas com bastante magnanimidade, para boas estatísticas de sucesso. O país convenceu-se que o mágico ou feiticeiro de Oz é que tinha razão: um diploma resolve tudo no domínio do saber, não sendo preciso *saber...*

Felizmente, porém, já vai havendo quem consiga afrontar o plácido e cego unanimismo generalizado que de há décadas proclama a excelência da péssima Educação em diversos países ocidentais (*lato sensu*), com argumentos frouxos, passionais, demagógicos e quase só (no sumo) tecnológicos e tecnocráticos. Como se saber mais ou menos trabalhar com um computador ou com um telemóvel, “na ótica do utilizador” (e usando uma percentagem por vezes ínfima das potencialidades da máquina), seja sinal de um grande progresso educativo. Sim, em relação a uma taxa enorme de analfabetismo, sê-lo-á. Mas é *too much ado about (almost) nothing...* A sociedades desenvolvidas e democráticas exigir-se-ia muito mais. Até por interesse próprio, porque, a prazo, massas iludidas, cuidando saber o que não sabem, seduzidas e bajuladas por quem lhes estende a passadeira vermelha da facilidade, vão querer mais e mais diplomas, que não poderão significar nada de real. É uma questão de inflação. E,

além disso, a má moeda de falsos títulos e graus expulsa a boa, dos verdadeiros. Ora, massas só artificialmente alfabetizadas e cultas são vítimas de vendedores de sonhos, de demagogos e populistas, porque se encontram desprovidas do sentido crítico e da compreensão da necessidade do sacrifício, do trabalho, da dificuldade. Alguns, evidentemente, muito sofrem, sabem o que custa a vida. Mas outros como que boiam à tona de subsídios, sinecuras, expedientes, e uma sorte ou boa estrela que a todos poderá vir a ser fatal.

II

A Educação, nas condições gerais de deseducação do Povo atualmente imperantes, seria o último bastião e derradeira esperança da Inteligência (humana, claro), resistência face ao vendaval de uma aculturação para escravos.

Dividir as orações n’*Os Lusíadas* (que, evidentemente, funciona como um símbolo ou metáfora, aliás ambivalente, de todo um tipo de ensino) quero crer que ainda teria alguma virtualidade de organização mental – apesar de a Gramática (pense-se no que se terá dito criticamente do respetivo grau de um Roger Caillois: pelo menos, parece que alguns colegas seus não considerariam a gramática e a filologia como caminho direto ou fiável para a investigação sociológica ou antropológica “rigorosa”) ter uma fama menor, algo assim como no Direito, o Processo, dito por alguém “árido” e “esquálido” fenómeno, e por Francesco Carnelutti “pobre coisa” (*Le miserie del processo penale*, Turim, ERI, 1957). Não. Hoje não se devem dividir orações n’*Os Lusíadas*.

Nem deixam salutares marcas os escassos labores mais duros (e estudando coisas duráveis, perenes, para toda a vida...) que eventualmente ainda na Escola subsistam.

Confesso que uma das razões que (já no meu velho tempo – não doiremos o passado, e em particular o nosso próprio passado) me reforçou a intenção de cursar a indigesta formação jurídica (tive um professor que dizia ser um *caminho de Cruz até ao Calvário*), foi a surpreendente facilidade com que ia tendo boas classificações nas áreas humanísticas *stricto sensu*, ano após ano, sem estudar quase nada. Por exemplo, em Inglês, no ano Propedêutico, tirei 20 valores, e nada estudei, sem mesmo ter cursado a disciplina no Liceu nos 6.º e 7.º anos (hoje, 10.º e 11.º anos de escolaridade, sendo o Ano Propedêutico o atual 12.º ano). Ou seja, com o que aprendi do 3.º ao 5.º ano do Liceu consegui aprovação com altas classificações no exame do 7.º ano e depois no Ano Propedêutico.

Não sabendo coisa nenhuma de Jurisprudência, ao menos – pensei então, e nesse aspeto bem – iria ser obrigado a estudar matérias novas, sendo-me assim exigido (finalmente) trabalho a sério. E como o foi!

Todas estas voltas, pois, para chegar a um ponto fundamental na nossa existência coletiva: é urgente e importantíssimo acudir à Educação, dada a grande deseducação generalizada, em vários países. Mais nos toca o nosso, claro, mas não somos nada originais. Aliás, copiámos em grande medida receitas péssimas de outros.

Tal ação emergencial tem duas vertentes:

Atento o barbarismo com que muitas pessoas se tratam, cada vez mais, reclamam-se remédios de civismo; e face à ignorância profunda, com camadas de verniz de falso conhecimento, que *fake news* e idiotização mediática generalizada têm inculcado na sociedade, exige-se que se toquem sinos a rebate pela cultura geral e pelos conhecimentos técnicos elementares comuns (se estes se não incluem já naquela). Aliás, não se trata apenas de conhecimento, trata-se igualmente de hábitos. Uma sociedade que lê (bons livros, não enlatados produzidos em série com receitas consabidas desde pelo menos o modelo desvendado por Almeida Garrett, no séc. XIX), e que lê até nos transportes públicos, ela não apenas sabe, mas gosta de aplicar o que sabe. O mesmo se diga para uma sociedade que não apenas vai a concertos que não sejam só da moda, mas vai escutar obras clássicas, universais e intemporais, música do mundo, música contemporânea séria e desafiante, etc. E mesmo (isso seria o ideal) uma sociedade cujos membros não são apenas consumidores passivos de literatura ou música (e outras artes e atividades) mas pratica: sabe música e toca, canta, escreve, etc. Por isso, depois do emprego, não vive afundada num sofá comendo produtos processados e enlatados acompanhados de uma icónica cerveja, cujas latas se acumulam nos corredores do apartamento, e com o olhar partilhado entre o écran de televisão a ver programas desinteressantes mas com condimentos de adrenalina, e o écran do telemóvel, num exercício interminável da função fática da linguagem ou vendo videozinhos em tudo semelhantes aos anúncios da televisão.

A permeabilização a qualquer moda dos usos linguísticos correntes, desde logo nas televisões, denuncia uma fraca afeição à Língua, que se fala e se escreve aos tropeções e sem qualquer cuidado, esquecendo-se que ela é veículo essencial e nobilíssimo de ideias e sentimentos. Obviamente que o escrever permanente no telemóvel de forma abreviada também não ajuda nada.

Nunca serão demais as vezes em que citarei o sábio Confúcio, que bem sabia ser uma regeneração ou retificação da linguagem a primeira coisa a levar a cabo para a reforma do Estado. Falamos mal, escrevemos mal, logo, pensamos mal e fazemos pior. E vice-versa.

Ao ver excelentes artigos e livros dos sécs. XIX e XX, que jazem imaculado sono na sombra das bibliotecas que ainda deles se não livraram (está de moda essa defenestração), ou quando um ou outro emerge (*une fois n'est pas coutume*) num alfarrabista, tenho-me deliciado com a altíssima qualidade de alguns escritos – tanto na forma como no fundo. A forma ainda seria relativamente o menos... Mas o fundo pesa muito, e é significativo.

Contudo, ninguém lê estes trabalhos, e duvido até se, mesmo no seu tempo, alguém os tenha mesmo lido. Pelo menos, um número significativo de pessoas.

A solidão da condição intelectual é imensa. Acaba por falar-se (escrever-se) para si mesmo e, eventualmente, para deixar registado em ata, para uma posteridade que tudo isso ignorará (mas a esperança é a última a morrer) que houve quem se tivesse preocupado e se tivesse dado ao trabalho de o proclamar. Não deixa de ser prosápia e vaidade, este esfalfar-se (e por vezes endividar-se e até arruinar-se, nas finanças, na vida familiar e na saúde) para dar testemunho... Pelo que vemos hoje, salvo algumas raras (posto que preciosíssimas) exceções, o eco é praticamente nulo.

O espaço público, em contrapartida, tem outra agenda. Está dominado pelos *faits divers* de uma política que cada vez mais parece desagradar (até repugnar) ao cidadão comum, o qual redobradamente (dir-se-ia que por paradoxo) vai reforçando aquilo que parece ser a raiz dos males: dando mais força aos populismos. Parece, assim, querer o pior do pior que se lhe oferece. Uma permanente subida de tom e resvalar para o abismo de compostura e ética vão invadindo os ares dos tempos. É assim verdadeiramente inacreditável ao que chegou a democracia técnica, simplesmente limitada ao ritual da votação, e privada de mecanismos de efetivação da autoridade democrática, ignorando a Constituição e os seus valores, princípios, fins e até simples e objetivas normas.

Não se sabe quanto tempo durará ainda o Estado de direito democrático, se é que em algumas latitudes ainda realmente dura, para lá da fachada cosmética de algumas instituições desvirtuadas. Como se sabe, as grandes pedras de toque do Estado democrático, que hoje é Estado constitucional, são a sacralidade da Constituição (*sacred instrument*), o respeito efetivo pelos Direitos Humanos e pela separação dos poderes. Sem qualquer destes três (e sem a representação política, que se lhes acrescentou) não se pode dizer que haja Constituição (sabe-se desde o séc. XVIII, pelo menos), nem democracia.

Recordemos aos novos e que não sabem História, que o Estado Novo até tinha eleições, Assembleia nacional eleita (mas de forma fraudulenta) e tribunais (mas

politicamente condicionados). Portanto, não basta a aparência, a forma, é necessário aquilatar do fundo, do conteúdo. Uma leitura ingénuo da Constituição plebiscitada (de forma nada democrática, e com resultados díspares segundo diferentes fontes historiográficas) poderia dar ilusões a alguns. Houve mesmo quem sugerisse que o 25 de Abril a poderia ter mantido com ligeiros acertos. Mas o que conta efetivamente não é a Constituição formal, mas a real, a situação política e social existente na verdade num dado tempo e lugar. Também ao ler-se ingenuamente a nossa atual Constituição de 1976, com as suas revisões, não temos a imagem correta da situação do país no presente. Talvez até se possa dizer que os textos constitucionais são irremediavelmente otimistas e utópicos, na versão agradável do mito da cidade ideal, a eutopia.

Voltemos à situação real, *hic et nunc*. É já penoso para os mais despertos seguir as televisões, e desde logo, e principalmente, os programas informativos, declaradamente políticos e afins. Enquanto uma feroz luta pelo poder assume foros jamais vistos em democracia funcionando fisiologicamente (lembra tempos anteriores, de prelúdio de despotismo, isso sim), a linguagem em que quase todos se exprimem é miserável.

Não falamos sequer dos relativamente veniais *pontapés na Gramática*. Há hoje absurdos que invadem à *má cara* o léxico, e mesmo as pessoas que sabem a Língua dão por si, aqui e ali ao menos, a usar a novíngua. Porque os novos já só reconhecem as novas expressões, e se lhes damos as genuínas, as legítimas, as vernáculas, volver-nos-ão, confusos por falarem com *marcianos*, algo como isto: “ – Como assim?”, ou seja: “– Não entendi nada, explique-se”. Como se sabe, o “como assim” é perfeitamente usado e integrado no Brasil, mas não o era em Portugal até há uma década ou pouco mais, e algumas pessoas, mais linguisticamente conservadoras, e sem contactos com os mais novos, ainda se sentem, por seu turno, surpresas quando se lhes responde “como assim?”.

Travar (apenas pretender travar, na verdade) a evolução natural de uma Língua é obviamente impossível. E mais: é indesejável, se isso adiantasse alguma coisa. As línguas fazem o seu caminho inexoravelmente, independentemente e contra os purismos e os puristas. Contudo não seria nada mau se, sabendo-o muito bem, fôssemos habituando os nossos concidadãos, desde a escola, a pensar as palavras, a escolher as palavras, a acarinha-las, cultivando o seu melhor uso. Para tal, exigem-se leituras, mas boas leituras: sem enjeitar o tesouro precioso dos nossos clássicos e dos clássicos universais.

Assim faríamos uma ótima transição, sem termos de nos agarrar a estrangeirismos, localismos, barbarismos, gírias, bordões de linguagem, onomatopaicas e cacofonias, solecismos e *paralelepípedos de linguagem*, como dizia João de Araújo Correia, no seu belo livro *A Língua Portuguesa*, editado pela Verbo. Assassina-se a Língua, e o pior é que ela, como uma hidra, volta a nascer, mas afigura-se-nos que as cabeças novas já não têm o mesmo viço.

III

Notemos um só aspeto prático.

O domínio cognitivo e funcional de uma área da racionalidade aquilata-se (e consegue-se) pela vastidão e rigor do vocabulário dominado popularmente nesse âmbito. Vocabulário não de sinónimos (que nunca o serão completamente) para fazer floreios e não repetir a mesma palavra por mor do estilo de uma frase, mas vocabulário que implica alargamento de horizontes conceituais, visão de coisas que, sem o domínio daquele concreto par significante-significado (e de muitos pares), não seria alcançada. Porque as palavras significativas nessa díade expressão/sentido têm o condão de aumentar as realidades compreendidas, vistas, no mundo por parte de quem atingiu esse estágio de apreensão linguístico-conceitual.

Assim, aquele pai a quem outro dia inadvertidamente ouvi na rua, à minha frente, a explicar ao filhito de uns 7 anos o que era “um órgão de soberania”, contribuiu muito (se explicou bem... não segui a conversa, claro) para alargar o saber político-jurídico da criança, e, indiretamente, o nível de conhecimento nessa área da sociedade. Porque saberes adquiridos seriamente naquela idade, para mais de proveniência familiar mais direta (dos pais, das mães, dos avós, dos irmãos), têm tendência a ficar para toda a vida. No caso, reforçemos a ideia: Saber ou não saber o que é um órgão de soberania, o que é órgão do Estado e o que é soberania (para mais hoje, sobretudo na Europa), são instrumentos essenciais para o exercício pleno, consciente, da Cidadania.

Nunca me esqueço que (e já tinha eu uns 14 ou 15 anos) quando o meu pai, ainda no processo revolucionário da Revolução dos Cravos, falou com um médico sobre usos nem sempre correntes da palavra liberal e liberalismo. Não tendo sido uma conversa longa, foi uma abertura de espírito que nunca esqueci. Perante a confusão que impera sobre esta palavra, penso muitas vezes que fazem falta pais que expliquem bem o que pode ser e o que não pode ser o liberalismo e uma pessoa liberal.

Anos antes (curioso que o recorde agora, *currente calamo*), também já me tinha abordado a questão a propósito de uma gravura clássica no consultório do meu pediatra (tinha eu menos de 9 ou 10 anos, seguramente), em que se retratavam matronas romanas dando esmolas a pobres, e que ostentava (já não me lembro se em português se em francês, mas creio que em francês) uma legenda como: “a liberalidade das senhoras romanas”. Uma gravura semelhante está à venda na *Internet* na “Proantic”, e pode

consultar-se em https://www.proantic.com/1187169-gravure-liberalite-des-dames-romaines.html?utm_source=chatgpt.com . Não asseguro 100%, mas julgo que era essa mesmo a gravura que deu origem à referida primeira dissertação paternal sobre liberalismo, liberdade, liberalidade, e não algo tirado diretamente da obra homónima de Louis Gauffier, de 1790, óleo sobre tela, a cores, naturalmente, guardada no Museu Sainte-Croix de Poitiers.

Voltemos à questão de fundo.

Jean Lauand foi quem principalmente nos advertiu, em vários escritos seus, para este fenómeno que agora abordamos, da ligação entre a extensão e subtileza do vocabulário socialmente útil e em uso com a importância social da área respetiva e o alargamento de vistas sobre a matéria. Poucas palavras sobre uma temática indicam pobreza conceitual (e de conhecimento mesmo) sobre ela.

No futebol, desporto-rei ou mesmo *imperador* no Brasil (mas Portugal também com enorme importância e impacto, embora não tanto), a cultura popular assimilou (e na verdade criou) uma imensidão de expressões, conceitos, relações... O léxico futebolístico chega no *Pais irmão* a um primor de minúcias, a um rigor de cientificidade. O mesmo não ocorre, como é patente, com o conhecimento da pessoa comum sobre aquilo a que se chamava placidamente há anos “cultura geral”, e que a nosso ver nada de realmente válido impede que assim se continue a designar. Ou seja, a pessoa comum, normal, sabe em geral muito de futebol, até com subtilezas de artista e rigores de cientista, mas em geral tem um conhecimento deficitário da língua, da matemática, da filosofia, da política, da literatura, das Artes em geral, e de ciências mais particulares como a medicina, a engenharia, o direito. Mesmo em matérias, como os primeiros socorros, os consertos domésticos (por exemplo de eletricidade ou canalização), a mecânica de automóveis, ou os direitos do consumidor (e os direitos humanos antes de tudo) que lhe seriam muito úteis e não apenas elemento de ilustração (e eventual diletantismo).

O autodidatismo, movido pelo interesse pessoal, pelo gosto, por alguma vocação, alcança prodígios de conhecimento. É preciso cuidado com a miopia do autodidata, e com a sua arrogância: por vezes, o autodidata acha-se capaz de ter ascendido ao saber com muito trabalho e perseverança, e por isso é narcisista e dogmático. Nem sempre o autodidata consegue apreender os meandros do que estuda (precisaria do auxílio e orientação de um professor ou mesmo de um mestre de que pudesse ser discípulo, numa relação de maior proximidade), e tende a ser muito rígido e

pouco crítico e autocrítico. Acumula dados, mas pouco os avalia, talvez com medo de os perder. Mas tem, evidentemente, muito mérito.

Não sou especialista nestas questões, mas admito que no caminho individual para o conhecimento, tal como na política, possa haver muita paixão exacerbada, e o léxico rigoroso passar a ser obnubilado por ideias vagas e passionais. Este caso seria mais um exemplo, mas não o único, da importância da educação das paixões, a começar pelas clubísticas e partidárias.

Com efeito, se é necessária alguma paixão para uma dedicação entusiástica e até amorosa ao estudo, também é preciso que tal não venha a turvar o intelecto e a perturbar a necessária racionalidade, que precisa de alguma neutralidade para bem avaliar.

Os tempos que correm não são sobremaneira afetados, porém, pelo autodidatismo cultural, antes pelo amadorismo apaixonado das fações, das correntes do tipo sectário, do partidarismo de extremismos. Faria falta um lastro de cultura e educação de base que pudesse ser denominador comum a todos nós, e nos pudesse moderar em tempos de vagas alterosas e devastadoras. Isso seria um verdadeiro *mar da tranquilidade*.